

## 2. Mas quem são as travestis?

As travestis são aquelas que possuem identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico. Portanto, se comportam como as pessoas do sexo oposto. Realizam modificações corporais, com a aplicação de silicone (principalmente nádegas e seios), injeção de hormônios femininos e realização de cirurgias (principalmente no nariz e no pomo de Adão), além de se vestirem de forma feminina (com saltos, saias, sutiãs). Este processo é conhecido por elas como ‘montagem’. Neste trabalho, usarei o artigo *as* ao invés de *os*. Isto por respeito à sua luta política de serem conhecidas por denominação feminina, mais adequada a sua forma corporal e sua identidade feminina<sup>5</sup>.

As travestis, por fazerem parte de um grupo recente (em termos históricos) são confundidas com outros grupos de homossexuais. Para deixar claro quem são, vou descrever os outros tipos de homossexuais *queer* a que são frequentemente associadas:

- *Crossdresser* – aquele que usa apetrecho feminino (maquiagem, peruca, roupas íntimas femininas), para a conquista de parceiros e durante o ato sexual. É mais visado em ataques por homofóbicos do que os que não apresentam estes sinais externos de homossexualidade;

- Transformista (ou *Drag Queen*) – usa apetrechos femininos e maquiagem apenas para apresentações e shows, geralmente em boites noturnas. Não tem, necessariamente, orientação homoafetiva;

- Transexual – declara sentir-se, desde a infância, uma mulher. Além da injeção de produtos químicos, muitas vezes faz a cirurgia para embutir seu pênis.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, estou escrevendo sobre *as* travestis; no entanto, também existem *os* travestis: mulheres que modificam seus corpos para obterem aparência masculina.

## 2.1. Silicone<sup>6</sup>

O passo fundamental para a conquista da identidade travesti é a injeção de silicone em seu corpo (Silva, 1993). Portanto, um capítulo específico sobre este tema se faz necessário

O uso de silicone líquido é um risco enorme, principalmente se injetado pelas bombadeiras<sup>7</sup>. Estas geralmente não possuem formação técnica necessária; aprenderam quando elas mesmas foram ‘bombadas’. É, inclusive, considerado um crime, o ato de injetar silicone sem ser profissional médico (Kulick, 2008).

A ‘bombação’ é um processo extremamente dolorido; é uma violência contra o próprio corpo. O silicone, como lembra Garcia (2007), é um líquido espesso; para ser injetado, é necessário o uso de seringas e agulhas veterinárias (usadas em animais). Além disso, as picadas demoram a cicatrizar; usa-se a cola ‘super-bonder’ para fechar a ferida. As travestis, por causa da violência simbólica<sup>8</sup>, talvez estejam acostumadas a entenderem o que sofrem como sendo natural. A dor e violência que sofrem durante o processo de injeção do silicone podem, talvez, ser percebidas como condição necessária para a conquista de um corpo feminino; são denominadas por elas como ‘dores de ser mulher’ (Idem, p. 92). Mas também há as que demonstram não querer o uso do silicone; no entanto, denominam-se igualmente travestis. Foram relatadas duas razões para que não usem:

- Por realmente não darem importância, não pensar que seja o uso do silicone o constitutivo fundamental da travestilidade;

- O medo pelo que possa ocorrer caso o silicone seja implantado no corpo; que o processo lhes cause a morte ou que fiquem aleijadas.

---

<sup>6</sup> Silicone é um polímero inodoro e incolor; é empregado pela medicina para a feitura de próteses (de mama, por exemplo).

<sup>7</sup> Bombadeiras são as pessoas que aplicam silicone nas travestis.

<sup>8</sup> A violência simbólica se dá quando a vítima não questiona o ocorrido; pode pensar que é merecedora da agressão.

A alternativa é a prótese de silicone, que é substancialmente mais cara. Muitas travestis não possuem dinheiro para colocar próteses. Estas são vistas como pertencendo a uma classe econômica inferior, em relação as que possuem dinheiro para colocar prótese de silicone (Duque, 2005, p. 87). Sendo assim, aplicam silicone líquido que, além de não dar muitas vezes o efeito desejado, causa complicações de saúde que podem levar a deformações corporais e mesmo à morte. Além disso, o silicone líquido se mistura de tal forma à pele que é impossível ser retirado e pode produzir deformações.

Um caso conhecido é o de uma travesti que, envolvida em uma briga com a polícia, levou socos no rosto. Com isso, o silicone líquido das maçãs de sua face se deslocou para perto dos lábios (Duque, 2005). Sua face ficou desfigurada, sem que haja possibilidade de intervenção cirúrgica para corrigir o feito.

Há um grande risco de seqüelas, mesmo que a travesti não sofra violência. Após a aplicação, a travesti deve permanecer alguns dias deitada, imóvel, para que o silicone não desça para outras partes do corpo, o que poderia provocar imperfeições permanentes.

Peres (2005) relata:

“Condições com que as travestis injetavam silicone em seus corpos, que nem sempre essas práticas eram realizadas de forma adequada e com a assepsia necessária, levando muitas travestis à morte, quando não súbita, em decorrência de infecções e desinformação sobre cuidados a serem tomados” (p. 31).

Kulick (2008) constatou a falta de assepsia e cuidados das bombadeiras, quando injetavam silicone nas travestis em Salvador. Uma bombadeira, informa esse autor, durante o processo, “mesmo que elas gritassem de dor continuava empurrando o êmbolo da seringa e forçando o silicone a passar pela agulha”. (idem, p. 94). Não se preocupavam com as travestis nem durante o processo de injeção, nem mesmo depois; “despachavam as travestis tão logo terminavam a

injeção, sem nenhuma indicação dos cuidados pós-silicone” (Kulick, 2008, p. 95). Como se não bastasse, ainda havia algumas que “chegavam a colocar álcool na seringa com o intuito de criar abscesso nessa ou naquela travesti de quem não gostavam por qualquer razão” (idem, p. 95).

## 2.2. Breve histórico de suas vidas

É importante dar um breve relato da história das travestis brasileiras. Para tal, serão transcritos alguns achados de pesquisas junto a esse segmento (Peres, 2005; Natividade, 2008; Kulick, 2008; Duque, 2008). Elas, geralmente, são nascidas em cidades interioranas brasileiras, sendo oriundas de famílias pobres, cujos membros não tiveram acesso a formação escolar/ acadêmica formal (Peres, 2005). Ao descobrirem e demonstrarem sua homossexualidade ainda na infância ou adolescência, sofrem todos os tipos de violência doméstica (psicológica, física, abuso sexual e negligência) por parte de parentes.

Chegam a manter relações sexuais forçadas, ainda em tenra idade, com adultos (da família ou da vizinhança). Em todas estas relações, sua atuação é de forma passiva, isto é, sendo penetrada pelo pênis de um outro e nunca de forma ativa (Kulick, 2008). Como escreve Kulick, os papéis sexuais não foram negociados, não sendo dada à criança uma escolha sobre uma posição ativa ou passiva; além disso, não há preocupação com o prazer do passivo (idem, p.76). Não há propriamente uma relação sexual, nem uma troca de carinhos, nenhuma preocupação com o outro; há apenas o uso (ou abuso) do corpo do passivo, parecendo ser este apenas um objeto de prazer. Não é considerada uma pessoa; é apenas uma ‘coisa’, algo como um brinquedo que satisfaz as necessidades fisiológicas do outro e depois é deixado de lado.

Na escola, elas também sofrem violência (principalmente psicológica), sendo excluídas, gradativamente, do convívio escolar, o que termina levando a

evasão escolar bem cedo em suas vidas (geralmente no primeiro ou segundo ano do ginásio).<sup>9</sup>

Muitas abandonam o lar (Peres, s/d), por volta dos 13 anos. Relato parecido é o de Natividade (2008), que escreve que elas abandonam o lar entre 14 e 15 anos de idade.

Sem renda, sem família, com baixa escolaridade, terminam por enveredar pelo caminho da prostituição. Nos pontos de ‘batalha’ (como são conhecidas as zonas de prostituição), conhecem travestis mais velhas, que as acolhem e as ensinam como transformar seus corpos para serem mais femininas.

Terminam, na juventude, vivendo quase que invariavelmente da prostituição (Kulick, 2008). As poucas que não vivem desta forma, tornam-se cabeleireiras, ‘bombadeiras’ (especializadas em aplicar silicone em outras travestis), comerciantes de roupas ou donas de pensão para travestis (idem).

Sofrem violência após violência, em um ciclo que leva à exclusão social. Ressalto que a muitas preferem outros caminhos, mas encontram quase sempre as portas do mercado de trabalho fechadas (Duque, 2005).

### **2.3. Histórico sobre exclusão e violência contra homossexuais**

Neste subcapítulo, mostrarei um breve histórico da violência sofrida por travestis e por todo o segmento público LGBT.

---

<sup>9</sup> Esta violência ocorrida nas escolas é denominada *bullying*. Este termo surgiu na década de 1990, na Europa, com os trabalhos do professor Dan Olweus, na Noruega (Neto, 2004). No Brasil, embora pouco conhecido, há algumas pesquisas sobre o tema, como a realizada pela ABRAPIA. Este fenômeno vem crescendo, sendo disseminado em todas as classes sociais. Não há, em língua portuguesa, um vocábulo específico para *bullying*; entende-se, no entanto, que acontece quando há uma tentativa de constranger, intimidar, machucar fisicamente, isolar ou excluir algum estudante, sendo que os atos são realizados repetidamente, por períodos extensos. Portanto, *bullying* pode ser entendido como o uso da força ou de poder para intimidar e perseguir algum estudante.

No Brasil, até a década de 1990, não havia estatísticas oficiais sobre crimes contra homossexuais. Os únicos relatos existentes eram fornecidos, principalmente, por jornais, como *O Globo* e *O Povo* (Rio de Janeiro). O Grupo 28 de junho<sup>10</sup> decidiu então, nos anos de 1990, reunir os dados em jornais do município do Rio de Janeiro, das décadas de 70 a 90. Não foi um levantamento sistemático de referências na imprensa, mas a constituição de um dossiê. Neste, foram registrados aproximadamente 200 casos de violência anti-gay. Percebeu-se que a violência ocorria com homossexuais masculinos, principalmente na faixa de 18 a 30 anos.

A abordagem dos jornais sobre os crimes era sensacionalista, principalmente na década de 1980 e começo da década de 1990. Em suas chamadas, os periódicos (de cunho mais popular e sensacionalista, como *O Povo*) mostravam dizeres chocantes e de cunho pejorativo, sobre os homossexuais que muitas vezes eram nomeados de forma negativa ('bichinha'), enfatizando os locais aonde eram encontrados (geralmente, ermos, como matagais), com fotos e descrições detalhadas, se fosse o caso, da forma com que os cadáveres eram encontrados: sem roupas, sem partes do corpo, carbonizados. Com isto, eram 'confirmadas' representações vigentes sobre a homossexualidade, nas quais a tragédia era efeito de fraquezas morais (uso do comportamento homossexual, que leva à violência) e escolhas das próprias vítimas (dos locais que frequentavam, geralmente à noite, como zonas de prostituição e becos).

Lendo-se tais reportagens, poderia-se chegar à conclusão tendenciosa e equivocada de que os indivíduos foram, eles mesmos, responsáveis pelos fatos ocorridos; por serem homossexuais, relacionarem-se com garotos de programa e comumente andarem por regiões perigosas, como se 'procurassem a morte'. Isso acontecia, principalmente, no caso de travestis e em assassinatos de homossexuais de classe média por garotos de programa. Havia uma ênfase na violência letal, com exposição de cadáveres e reiteração da tragédia consumada (até o final dos

---

<sup>10</sup> O grupo tem este nome em referência aos acontecimentos ocorridos no bar de Stonewall, nos Estados Unidos; estes serão discorridos em capítulo posterior.

anos 1990). Com os dados encontrados, foi realizada uma análise, na qual algumas categorias foram propostas:

- Quando ocorre o latrocínio (roubo, seguido de morte). O nome dado a estes casos foi o de *crimes de lucro*, segundo Ramos e Borges (2000);

- Quando há indícios de que as vítimas se conheciam (ex.: quando o corpo do indivíduo é encontrado dentro de sua própria casa, sem sinal de arrombamento presente). Há probabilidade de que haveria ligações amorosas entre a vítima e o agressor: denomina-se de *crimes interativos*;

- Quando há *execução*, isto é, em que há morte, por arma de fogo principalmente, sem que haja testemunhas: denomina-se *violência letal*.

As travestis, principalmente negras, de classes mais pobres, são as vítimas mais frequentes; 68% mortas por armas de fogo, em comparação com os gays, que perfazem 23,5% das vítimas assassinadas da mesma forma, segundo estatísticas do Arquivo da Polícia Civil, das décadas de 1980 e 1990 (Carrara; Vianna, 2006).

Ativistas do movimento GLS, após fatos de agressões continuadas a homossexuais, na década de 1990, na rua Visconde Silva, no bairro de Botafogo (Rio de Janeiro), decidiram criar o DDH (Disque-Defesa Homossexual). Este seria um programa de defesa homossexual, e não apenas de denúncia. O programa, sendo fruto de parcerias diretas entre grupos de ativistas e a polícia, pretendia agir de forma efetiva na prevenção de crimes e atendendo as vítimas de crimes já ocorridos. São três compromissos e ações:

- Até a década de 1990, o movimento homossexual mantinha a posição de vítima; isto é, a população GLS (atual LGBT) sofria violência e pouco podia fazer, além de denunciar as agressões sofridas. Com o DDH, mostrou-se a possibilidade de efetivamente reagir à violência, com um mecanismo mais eficaz inclusive de prevenção e não apenas denúncia, depois do fato ter ocorrido.

- A equipe que criou suas diretrizes: atores políticos e pesquisadores ligados a uma ONG e Universidades construíram todo um arcabouço teórico acadêmico para atender as demandas;

- As informações coletadas partiam de relatos das próprias vítimas, e não mais apenas de jornais; com isso, situações outras de agressão, como discriminações, tiveram visibilidade inédita até aquele momento, permitindo um centro de produção de dados sobre violência, com estudos sobre a *homofobia*.

Nos dezoito meses em que funcionou o DDH, 500 casos foram relatados, sendo que a maioria se tratava não de crimes de violência letal, como os reportados nos jornais, mas sim constituídos de dinâmicas cotidianas e silenciosas de *homofobia*<sup>11</sup>. Eram casos de ofensas, ameaças, extorsões, agressões físicas e discriminações na escola, trabalho, família; além disso, 1/3 dos casos ocorriam em casa ou na vizinhança, sendo crimes não-letais.

Os 500 casos relatados foram classificados, pelos pesquisadores, como:

- interativos – aqueles ocorridos geralmente na casa da vítima ou em algum lugar de sua vizinhança, entre parceiros. As vítimas: gays, lésbicas e travestis;
- com fins de lucro – através de chantagens. As vítimas: gays e travestis;
- de ódio – com espancamentos, assassinatos - quase na totalidade de travestis.

Um aspecto importante é a diferença da violência entre gays e travestis. Quase todos os assassinatos de travestis se dão nas ruas; os de gays, na maioria, acontecem na casa da própria vítima ou lugares bem próximos a esta.

Os crimes nas ruas se dão, provavelmente, pelo envolvimento das travestis com a atividade de prostituição, que as coloca em maior exposição aos homofóbicos. Outro motivo (Carrara; Vianna, 2006) pode ser o envolvimento destas com o tráfico ou por falta de pagamento de ‘taxas de proteção’ a pessoas que controlam determinados pontos de prostituição.

---

<sup>11</sup> Já o terror em relação às lésbicas é denominado *lesbofobia*.

## 2.4. Movimento homossexual brasileiro

Facchini (2005) propõe esse movimento dividido em duas ‘ondas’:

- a primeira, com o surgimento do primeiro grupo GLS, *Somos* e do jornal *O Lâmpião da Esquina* (ambos de 1978), dedicado a temas homossexuais (notícias, correio amorosos);

- a segunda, com o surgimento de outros grupos (como o *Triângulo Rosa*, do Rio de Janeiro), na década de 1980 e 1990, e a crise promovida pela epidemia da Aids. Isto fez com que os grupos tivessem que tomar posicionamentos mais radicais (que os da década anterior), por causa da crescente *homofobia* relacionada a essa epidemia.

O grande ‘divisor de águas’, no movimento no Brasil, foi a eclosão da Aids, conhecida na época como doença predominantemente homossexual, o ‘câncer gay’. Com esta, antigos preconceitos ressurgiram, como o da pretensa promiscuidade ‘inerente’ de gays, o que levou a um aumento exponencial da *homofobia*. Os grupos homossexuais tiveram que tomar medidas drásticas e eficazes para tentar solucionar o aumento da violência anti-gay.

Isto se traduziu na criação e fortificação de entidades, com o aumento da visibilidade do movimento, e o conseqüente posicionamento oficial do governo brasileiro em relação à população homossexual.

Procurou-se ‘o englobamento e a inclusão de todas as categorias de expressão de singularidade e da afetividade humana em grupos únicos’ (Froés, 2007, p.3). No entanto, esta tentativa de que vários grupos distintos ficassem reunidos sob a efígie de uma mesma sigla (no caso, GLBTT ou a atual LGBT) tornou-se um problema. Há muitas separações e divisões entre os vários ramos que compõem o universo LGBT. Cada ramo tem singularidades e expectativas diferentes. Esta reunião, embora parecesse ideal, já que reunia número significativo de minorias em grupos amplos (o que fortaleceria uma luta que seria comum a todos, como a pela inclusão social e não-discriminação) não tem como

ser livre de atritos. Essas identidades, tidas como coletivas, na verdade não são homogêneas. Entre elas mesmas, há exclusão e preconceito.

Como conciliar necessidades díspares, como as reivindicações de transexuais de realizar cirurgias de mudança de sexo, com as de lésbicas, que não procuram estas cirurgias e tem outras questões a serem reconhecidas, como a violência doméstica sofrida por suas companheiras em casa? Ou as de tratamento médico por causa de silicone e hormônios de travestis, que não são as reivindicações de gays, que não usam estes produtos em seus corpos, e se preocupam mais com a não-aceitação em escolas, por exemplo?

Gays e lésbicas, desde o final do século passado, estão sendo progressivamente aceitos na nossa sociedade. As relações homoafetivas vem conquistando aceitação e respeito. Na esfera privada, cada vez mais pessoas assumem sua orientação homoafetiva. No espaço público, várias passeatas (sendo a Parada Gay a mais importante, tendo edições em várias cidades do Brasil) simbolizam o reconhecimento social da homoafetividade; a possibilidade de homens e mulheres “(...) poderem ostentar sua identidade sexual, desfrutar seus afetos e buscar a própria felicidade” (Barroso, 2004, p.4).

No entanto, estas identidades aceitas correspondem apenas a um grupo bem pequeno do mundo homossexual e que é socialmente privilegiado. Fazem parte dele quase que exclusivamente homens ou mulheres brancas, de classe média e com nível universitário (idem, p. 7). Essa aceitação de gays e lésbicas não se estende a outros grupos, com outras práticas sexuais.

É possível que os homossexuais e lésbicas então tenham medo de perder esta aceitação da sociedade, já que entendem que esta não equivale à aprovação social. Eles/ elas são aceitos/as não por sua orientação sexual, mas sim porque se adaptaram a certo padrão socialmente aceito: são financeiramente bem-sucedidos, comportam-se seguindo o modelo heterossexual (desejam adotar crianças, por exemplo). Há uma necessidade de buscar uma identidade que seja reconhecida socialmente, para que não seja invisibilizada (idem).

Segundo o professor da UERJ, Sérgio Carrara (CLAM, 2008), o movimento encontra-se em seu terceiro momento, já que agora conta com o apoio do Estado e de partes da sociedade civil organizada.

## **2.5. Ações positivas em prol do público LGBT**

### **2.5.1. *Brasil sem Homofobia*<sup>12</sup>**

O governo, através de projetos como o *Brasil sem Homofobia*, deu alguns passos em direção a este propósito, reconhecendo a dívida histórica que tem contra esta população excluída. Há uma tentativa de reivindicação da cidadania deste grupo.

Este projeto é fruto de uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada, com os objetivos, entre outros, de educação e mudança comportamental dos gestores públicos e a implementação de novos parâmetros para definição de políticas públicas.

O Programa, plurianual, compreendendo os anos de 2004 a 2007, teve como objetivo promover a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais e *transgêneros* (que compreende travestis e transexuais), através de ações como a disseminação de informações sobre direitos e o incentivo à denúncia de violação de direitos humanos do setor GLBT. Os princípios do Programa são:

- inclusão de perspectiva de não-discriminação por orientação sexual e promoção de direitos humanos dos GLBT;

---

<sup>12</sup> *Homofobia* é um termo que designa o *horror ao homossexual*. Apareceu pela primeira vez, na imprensa, no Jornal *O Globo*, em 1992 (Lacerda, 2006). Até então, quando crimes ligados ao tema apareciam em jornais, eram citados como 'assassinatos de homossexuais', mas eram tidos como fenômenos isolados, sem estarem enquadrados em um conceito mais definido, que mais tarde seria conhecido como *Homofobia*.

- produção de conhecimento para subsidiar a elaboração e posterior implementação de políticas públicas que sejam voltadas para o combate à violência e discriminação por orientação sexual;

- reafirmação de que o combate à *homofobia* é compromisso do Estado e, também, de toda a sociedade. Baseia-se no conceito de que, enquanto existirem cidadãos não respeitados por motivo de discriminação racial e sexual, não há sociedade justa.

No *Brasil sem Homofobia*, há uma expectativa de implementação em todos os setores (público, por exemplo) da sociedade, com um conjunto de ações que promovam o respeito à diversidade sexual e combata as violações de direitos humanos da população GLBT. Esta política visa a inclusão de homossexuais, com a garantia de aceitação e respeito à diversidade (*Brasil sem Homofobia*, 2004).

### **2.5.2. Conferência Nacional para GLBT**

Inspirado pelo *Brasil sem Homofobia*, surgiu a Conferência Nacional de GLBT (realizada em Brasília, em 2008).

No Texto-base da Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT (2008), há a designação de alguns pontos sobre a importância de novas pesquisas sobre este público e ações de inclusão social. Há previsão de:

“Financiamento à produção de materiais sobre educação, diversidade sexual e de gênero” (p. 20)

“Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero” (idem, p. 22).

“Promover e apoiar a realização de concursos de monografias, dissertações, teses e produções literárias nas temáticas relativas à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero”. (Texto-base da Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, 2008, p. 22).

Através de novas pesquisas, a referida Conferência propôs promover a equidade para as travestis, partindo do entendimento de que têm vulnerabilidades específicas, portanto tendo demandas de proteção de seus direitos humanos e sociais. Por serem pouco conhecidas, não se sabe quais suas demandas específicas e qual sua vulnerabilidade; sem ter conhecimento destas, não se entende quais obstáculos para o acesso deste grupo e de como se pode promover a equidade desta população. Pesquisas são necessárias, para não se incorrer no erro de pensar que só precisam de proteção contra violência física ou contra doenças transmissíveis, principalmente HIV-Aids. É relevante saber quais outras questões importantes, mas que passam despercebidas, como a violência psicológica que sofrem ao entrarem em locais públicos (banheiros de escolas, por exemplo), com as conseqüências negativas para sua saúde mental, auto-estima baixa e mesmo suicídio (em alguns casos).

## **2.6. Sexualidade: binarismo e desconstrução**

Para entender a identidade travesti e a violência/ exclusão pelas quais a travesti passa, é necessário um estudo sobre sexualidade e gênero.

No tocante a sexualidade ocidental, um autor essencial a ser pesquisado é Foucault (1977), que escreveu um clássico sobre o tema. Ele discutiu como se deu a normatização do desejo, do prazer, do corpo; enfim, da sexualidade. Escreveu sobre a forma como a sociedade regulava o indivíduo, determinando o que este poderia ou não obter de prazer com o próprio corpo. Nesta regulação, estaria implícito um padrão de ‘normalidade’, aceita socialmente. No entanto, havia uma série de outras sexualidades, chamadas por ele de ‘heréticas’, que desafiavam os limites do aceite socialmente.

Outro autor interessante é Derrida (2004). Ele escreveu sobre a binaridade inerente na sociedade ocidental<sup>13</sup>. Apontava para uma tendência fortemente arraigada no ser humano de entender o mundo de forma binária, isto é, como se as coisas ou pessoas fizessem parte de dois pólos, a princípio opostos: mal-bom, luz-trevas, masculino-feminino. Não há um outro; há um oposto. Assim, o homem seria oposto da mulher, por exemplo. Acoplada a esta idéia, vem implícitos valores não questionados; enquanto o homem é superior, seu oposto, a mulher, é inferior. Portanto, um pólo sempre é positivo, superior, e o outro é negativo, inferior. Assim, luz está relacionado a coisas boas; escuridão, a algo maligno; masculino é entendido como superior ao seu pólo, o feminino; o heterossexual é visto como mais saudável, completo do que o seu pólo, o homossexual, que até tempos atrás era visto como doente.

Derrida (2004) propõe a metodologia da desconstrução (pensada por Heidegger)<sup>14</sup>. Com esta, propunha desestabilizar os binarismos e as tentativas que se tinham feito de forjar uma verdade absoluta, com leis universais, isto é, para todos. Através da desconstrução, pode-se entender como foram construídos valores e normas, para se perceber que, justamente por terem sido construídos, não são ‘dados pela natureza’, não são imutáveis; são fruto de determinada época e cultura, podem ser mudados, ‘subvertidos’, permitindo que outras formas de pensamento ou expressão aflorem.

---

<sup>13</sup> Segundo Perelson (2004): “o binarismo é um produto reificado de práticas discursivas múltiplas e difusas que funcionam como regimes de poder, sendo o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória apontados como os elementos definidores desta produção/ construção”. O pensamento ocidental opera sobre a base de princípios fundantes, com a ordenação e hierarquização de pares opostos (Louro, 1996, p. 12). Essas oposições são historicamente construídas e não naturais.

<sup>14</sup> Heidegger visava libertar os conceitos herdados da tradição que haviam se enrijecido, de tanto serem transmitidos de geração para geração, e retorná-los à experiência de pensamento que os originou. Não se trata de um projeto destrutivo, que visa um aniquilamento de algum conceito. É um processo teórico e metodológico, que visa desmontar a lógica das operações binárias que são base para a lógica dos pensamentos tradicionais.

A sociedade ocidental associa as transformações (no caso, de identidade sexual) com ameaças à ordem estabelecida. Há receio de que um comportamento diferente gere uma série de outros, que terminam por quebrar o já constituído socialmente/ culturalmente. No entanto, a desconstrução não implica a destruição do *status quo*; permite uma análise para entender como uma ordem social se formou de uma maneira e não de outra. Com isto, a possibilidade da aceitação do diferente.

Seria este um dos problemas que causariam a não-aceitação das travestis? Será que as pessoas pensam que a incorporação desta destruirá o *status quo* vigente?

## 2.7. Gênero

Tanto em relacionamentos heterossexuais como homossexuais, há uma tendência binária em codificar e tabelar as relações afetivas e amorosas. Há o homossexual ativo (o ‘homem’ da relação) e o homossexual passivo (a ‘mulher’ da relação); há a lésbica ‘machona’ e a lésbica ‘feminina’.

Para repensar essa concepção binária, foi criado o conceito de gênero (Butler, 2003). Este pode ser entendido como as atribuições sociais desempenhadas, por homens e mulheres, em uma sociedade; foi construído para questionar as interpretações biologistas sobre o sexo (isto é, que o sexo biológico é que define as características comportamentais do ser humano).

Estas interpretações biológicas foram responsáveis por explicar e mesmo justificar as desigualdades entre homens e mulheres (Lopes, 1996). Essa construção de papéis, no entanto, é cultural, não sendo ‘natural’, isto é, algo intrínseco à condição biológica dos indivíduos (Oliveira, 1997). Portanto, o homem não é mais feroz do que a mulher por causa de seu órgão genital; a mulher não é mais doce porque não possui um pênis. Estas atribuições são construídas culturalmente e não são ‘dadas’ pela biologia (Butler, 2003; p. 24). Com o

conceito de gênero, entende-se quais os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, masculino ou feminino.

Esta concepção de gênero foi duramente criticada no final da década de 1990. Porque na teoria de gênero (que teve como principal intento a mudança paradigmática da mulher como inferior), havia o pressuposto da existência de apenas dois tipos de sexo, duas possibilidades apenas: a do homem heterossexual e da mulher heterossexual. Não levava em conta outras, como o homossexualidade, por exemplo.

Portanto, como o binarismo poderia entender a travesti, já que esta não se enquadra no perfil de homem nem mulher? Como seria classificada? Essa ruptura que causa no pensamento, na subjetividade da civilização rompe com os preceitos, com a moral tradicional vigente. Portanto, ela não se encaixa em definições, em enquadres que possam ser reconhecidos. Isto faz com que não seja aceita nem mesmo pelos gays, cuja mentalidade ainda funciona de acordo com o ensinamento binário. Muitas vezes, o gay se pensa exclusivamente dentro do enquadre heterossexual de ativo ou passivo.

## **2.8. Teoria *queer***

Para dar conta também desta questão, foi pensada a teoria *queer*, baseada em estudos já citados de Foucault e Derrida, mas extrapolando os preceitos/questionamentos dos autores. Esta teoria questiona não apenas o binarismo<sup>15</sup>, mas também qualquer pressuposto existente que não possa ser maleável. Assim, não aceita identidades fixas, que não sejam cambiáveis, que não possam ser

---

<sup>15</sup> A teoria *queer* propõe o questionamento sobre a ambiguidade e a fluidez das identidades; pretende a desconstrução de todos os binarismos, já que eles são contingenciais. No entanto, esta teoria não tem como finalidade a destruição das identidades já existentes, normatizadas. Não propõe que as identidades heterossexuais sejam destruídas; pretende entender como estas foram construídas socialmente e naturalizadas. Ao fazer isto, traz o questionamento de que poderiam ser construídas de outra forma, tirando sua posição de 'natural e 'universal'.

subvertidas, pois pensa o mundo como sendo plural e não cabendo na realidade apenas algumas formas de sexualidade e comportamento. A teoria *queer* possibilita uma melhor compreensão do sujeito travesti.

Butler (2003) tece comentários sobre como se constrói um sexo, sobre a performatividade de gênero e da abjeção dos corpos. Assim, pensa os indivíduos que vivem em áreas de abjeção, isto é, áreas em que a própria humanidade é questionada, não sendo considerada pelos outros, por não corresponderem à norma social.

Na busca de uma compreensão sobre os sujeitos *queer*, foi realizada por Butler (2003) uma tentativa de criação de estratégias para que eles possam sobreviver, passando a serem conhecidos e valorizados; passando assim a serem merecedores de apoio e reconhecimento (idem).

Em sua crítica, Butler (2003) tem como alvo principalmente o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, sendo esta dada a todos como a verdadeira sexualidade, a natural, a 'certa', sem que houvesse um questionamento sobre ela.

Com seus estudos, entende-se que alguns conceitos tidos como verdadeiros, como sexo e sexualidade, por exemplo, são frágeis e podem ser questionados. Este questionamento é importante porque permite um maior entendimento acerca da variedade da raça humana, da diversidade existente. Aqui, há paralelo com partes da obra de Hannah Arendt, sobre a defesa da diversidade humana.

Para Arendt (Lafer, 2006), não existe *O Homem*, mas sim seres humanos que são únicos, plurais, sexuados e irrepetíveis. A defesa da pluralidade humana, que Arendt (1979) usa para defender os expatriados, é aqui proposta para defender os indivíduos que tem uma orientação sexual diferente da heterossexual. Em sintonia com o pensamento dela, Guacira Louro (1996) escreve que “as sociedades são e sempre serão constituídas por sujeitos diferentes, que buscam ser politicamente iguais (...) suas múltiplas diferenças talvez possam ser motivo de trocas, negociações, solidariedades e disputas” (idem, p.37).

Arendt (Lafer, 2006) escreve sobre os párias sociais e políticos, que tiveram seus laços sociais com seus países cortados. Aqui, tento aumentar o alcance das

reflexões arendtianas, propondo as travestis como párias sociais, que não têm total acesso à cidadania. A travesti é alijada de suas raízes (já que, geralmente, é expulsa do lar, da escola). Com isso, não tem um lugar reconhecido no mundo; não tem garantias de sobrevivência. É, portanto, supérflua; como não pertence a lugar nenhum, pode ser facilmente obliterada.

## **2.9. Bibliografia pesquisada**

Realizei uma pesquisa bibliográfica, com depoimentos em livros, dissertações/ teses e em sites da Internet, seja de publicação de textos acadêmicos (Psicologia, Serviço Social, entre outros), como de relatos de vida de travestis de todas as regiões do Brasil, principalmente sudeste e norte.

### **2.9.1. Na bibliográfica**

Verifiquei que alguns (poucos) estudos foram realizados no Brasil (sobre travestis), sendo principalmente da área da Antropologia.

Silva (1993) foi o precursor de pesquisas sobre travestis no Brasil. Realizou uma etnografia, com as travestis que se prostituíam na Lapa, no Rio de Janeiro. Relatou o dia-a-dia das travestis, não buscando uma classificação nosográfica, mas uma fotografia do cotidiano delas. Seu interesse se norteou pela tentativa da travesti em possuir um corpo e jeito femininos (através de cirurgias, entre outros), além de sua preocupação com o vestuário, principalmente sapatos. Seu trabalho é referência para as etnografias que foram escritas sobre o universo travesti, como constatado nas que se seguiram a ela.

Denizart (1997) realizou entrevistas com travestis, sobre vários temas. Entre eles:

- a mudança do jovem homossexual em travesti, que deve ocorrer ainda bem cedo, por volta dos onze anos de idade. Isto porque haveria uma inibição

(provocada pelas drogas) dos hormônios masculinos, o que facilitaria a feminilização de seu corpo;

- como se dá o mercado de sexo (no Brasil e na Europa). Quais são os seus clientes, quanto costumam cobrar, quais os melhores pontos de prostituição (entre outros);

- suas relações com drogas e com Aids, com a queixa de que as travestis estão muito associadas a esta doença;

- a violência que sofreram em suas famílias, o abuso sexual por parte de tios e primos, principalmente, quando ainda crianças. Destaco um relato de uma travesti, Bené, que, quando criança, sofria coerção por parte dos adultos, para manter silêncio sobre a relação sexual, sob pena de violência física:

“Então, na época de criança, todos os meus tios me comiam (...) Meus próprios tios, todos (...) Tinha oito anos... E colocavam o pau assim na minha boca, passavam na minha bunda (...) Aí, no fim me comiam. O que eu ia fazer? Eu não podia nem falar... uns diziam assim: “Se você falar, eu te dou uma ... te meto porrada...” Como eu tinha medo, não é?” (Denizart, 1997, p.32);

- a procura por ‘maridos’, homens ativos que as travestis passam a sustentar financeiramente.

Kulick (1998), pesquisador americano, procurou entender as práticas sexuais das travestis profissionais do sexo, na cidade de Salvador, na Bahia, particularmente problematizando as relações sexuais no binômio ativo/ passivo. Além de entrevistas nos pontos de prostituição, Kulick morou com um grupo delas, convivendo dia e noite com as travestis. Constatou que todas elas tiveram relações sexuais cedo na infância, sempre de forma passiva, nunca ativa. Registrou o respeito delas pelos homens ativos e desrespeito pelos homens passivos, denominados por elas de ‘mariconas’; suas tentativas de ganhar mais

dinheiro após um programa, através de escândalos nos quartos de hotéis, com clientes que não as satisfaziam sexualmente. Portanto, faziam questão de serem as ‘fêmeas’ na atividade sexual, procurando sempre a feminilidade; desagradava-lhes serem ativas, fazendo os papéis de “machos”, durante o ato sexual.

Benedetti (2000) investigou sobre a construção de um corpo feminino, (através de processos químicos e ‘montagem’) e de gênero das travestis que se prostituem, na capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. O estudo se deu através de relatos das travestis gaúchas, com quem conviveu, durante suas tarefas diurnas (como compras em mercados) e as noturnas, na hora em que se prostituíam (‘na batalha’, segundo elas). No entanto, mesmo possuindo um viés político, isto é, tentando entender a postura que possuíam na tentativa de construção de identidade e de cidadania, focou-se bastante no processo de feminilização das travestis. Há relatos detalhados sobre o momento em que se descobrem homossexuais, a entrada no mundo *trans*, ao conhecerem travestis mais velhas, com quem se identificam, e que geralmente as ‘adotam’, ensinando-lhes sobre o mundo das travestis; o começo da tomada de hormônios e implante de silicone; e o esforço contínuo do dia-a-dia para possuírem um corpo feminino estilizado, o mais parecido possível com o de uma mulher (excetuando, logicamente, o pênis): a tentativa de tornar-se ‘Toda Feita’, adjetivo usado pelas travestis para nomear aquelas que conseguiram este corpo feminino quase perfeito.

### 2.9.2. Na documental

Há o livro, *Princesa – Depoimentos de um travesti brasileiro* (Albuquerque; Jannelli, 1994), que não foi escrito por antropólogos. Trata-se de uma espécie de diário de Fernanda, travesti presa na Itália, condenada por tentativa de homicídio. Este livro não tem pretensões acadêmicas; é apenas um relato de Fernanda, enquanto estava presa na Penitenciária de Rebbibia, em Roma, na década de 90. No relato, ela fala de sua infância pobre, no Nordeste brasileiro; a descoberta de sua homossexualidade, após encontros sexuais com adultos que moravam perto de

sua casa; a dificuldade que enfrentou na escola, causada pelo preconceito por parte dos alunos e de seu professor; sua evasão do colégio e ida para outras cidades, aonde terminou conhecendo travestis, que lhe ensinaram o modo de vida *trans*; sua entrada na prostituição, sua ida para a Europa e seu envolvimento com a violência, após desentendimento com uma senhora italiana, que lhe causou a prisão.

Também foi realizada uma pesquisa, na qual foram coletados artigos em jornais cariocas (*O Globo*) e dezenas de artigos da Internet, através do site *Google.com*, mais especificamente *Google Acadêmico*, nos anos 2003 a 2008.

Entre eles, revistas eletrônicas como *A Capa* e *Mix Brasil*, aonde foram encontrados relatos principalmente sobre a *homofobia* e, mais especificamente, sobre a *transfobia* (fobia a travestis). Nestes, relatos de crimes e violências de toda forma contra as travestis, desde expulsão de colégios, invasão de domicílios por parte da polícia até expulsão de igrejas. Esta pesquisa foi documental, já que nos textos não havia ainda uma análise mais aprofundada do assunto, mas sim basicamente a documentação do fato, algumas vezes com um pequeno editorial comentando o ocorrido.

Os livros e artigos encontrados discorrem, principalmente, sobre o mundo da prostituição e violência em que vivem a maior parte das travestis brasileiras. Também sobre o florescer da homossexualidade, em idades muito precoces (ainda crianças), com as primeiras experiências sexuais que tiveram e o processo de transformação corporal em travestis, além da difícil tarefa de sua manutenção diária (como a retirada de pêlos faciais).

Alguns outros fatores da vida das travestis não foram estudados de forma mais aprofundada. Afinal, o mundo *trans* não se reduz apenas a violência, prostituição, ‘montagem’ e rivalidade com as mulheres. Elas também possuem sonhos de completar o curso médio e frequentar faculdades (Peres, 2005). Há, portanto, outros elementos que passam quase despercebidos pelos autores/pesquisadores.

Elas possuem vontade de estudar? Como é a questão religiosa para elas? Importa? Não importa? O que pensam sobre outros excluídos? Que tipo de vida gostariam de levar, caso tivessem acesso a uma cidadania como os demais brasileiros? Que gostam de fazer em seus tempos livres? Como poderiam contribuir para a melhoria de vida de outros excluídos?

Esses questionamentos são mencionados, mas não aprofundados. Não pretendo com isso desmerecer os trabalhos publicados. Como são de caráter exploratório, não poderiam abarcar todos os temas relacionados às travestis (e provavelmente nem era esse o objetivo). Foram os passos iniciais (e essenciais) para uma visibilidade do mundo *trans*. Trabalhos como estes inspiraram dissertações e teses publicadas nos últimos anos.

### 2.9.3. Trabalhos acadêmicos recentes

Entre elas, destaco:

- Oliveira (2007) - escreveu sobre como se estrutura a identidade da travesti em Florianópolis, focando como se dá a sua inserção social; quais estratégias usa para isto;

- Peres (2005) - faz um mapeamento dos processos de estigmatização passados pelas travestis durante toda a sua vida e as maneiras de enfrentamento por parte delas. Visou, com este conhecimento, o surgimento de políticas públicas para este grupo;

- Duque (2005) - estudou sobre o valor simbólico que a ‘bombaço’ possui para as travestis. Pesquisou as frequentadoras de uma ONG (de nome *Identidade*) e as profissionais do sexo de uma região de Campinas, São Paulo;

- Pelúcio (2007) - através de pesquisa etnográfica, procurou discutir o modelo oficial de prevenção de DST/Aids do grupo de travestis que se prostituíam na cidade de São Paulo;

- Garcia (2007) investigou travestis de baixa renda, em São Paulo. Estudou a perspectiva da identidade travesti como sendo formada por várias identidades sociais distintas, ambíguas (como ‘mulher submissa’, ‘puta’, ‘malandro’), formando uma ‘colcha de retalhos’.

Há também a monografia de final de curso de Ana Paula Rezende (2007), que pesquisou sobre a problemática do envelhecimento de travestis frequentadoras de bairros da zona sul e arredores do centro carioca; e um livro, de nome *Sexy & Marginal – Travestis*, de Neves et al (2007). Este livro é baseado no trabalho de final de curso de uma turma de Jornalismo de Minas Gerais; basicamente, é uma etnografia em estilo de reportagem, contendo fotos de algumas travestis entrevistadas. Pode ser conseguido por e-mail, sem custos operacionais; uma das escritoras gentilmente o enviou para colaborar em minha dissertação.

#### **2.9.4. Filmografia**

##### **2.9.4.1. Documentários Brasileiros**

Há três documentários brasileiros, realizados sobre a vida de travestis, do diretor Wagner de Oliveira. São eles: *Borboletas da Vida* (2004), *Basta um dia* (2006) e *Sexualidade e Crimes de Ódio* (2008).

Estes filmes, que fazem parte de uma trilogia, abordam a vida e dificuldades de travestis de regiões mais pobres, com depoimentos, às vezes, estarrecedores, sobre a violência que sofrem.

Das questões mostradas nos documentários, a que mais me impressionou foi a da incerteza de sobrevivência, traduzida pela sua relação com a compra de mantimentos, narrada por um dos integrantes da filmagem:

“Uma das coisas, assim, que mais me chamou a atenção no trabalho das travestis, foi a incerteza do dia de amanhã. Todos eles, a sua grande maioria, eu diria 90% deles, não fazem compra do mês. Normalmente, as pessoas fazem compras mensais dos seus mantimentos; o travesti, não. Ele faz a compra diária. Aquilo que ele vai consumir no dia, ele compra na parte da manhã, faz a sua refeição, o seu almoço, a sua janta e no dia seguinte, volta essa rotina, porque (...) a incerteza do dia de amanhã é muito grande, devido à violência que envolve essa questão da prostituição (...)”.

Há também depoimentos sobre a questão da Aids na prostituição; que, muitas vezes, embora peçam para o cliente usar camisinha, este se nega. Relatos denunciam as ameaças de morte feitas caso não se aceite manter relações sexuais sem proteção; e de como muitas travestis tornam-se vítimas da Aids e outras doenças por causa disso.

Isto contraria bastante as crenças comuns de que as travestis não se preocupariam com Aids e de sua promiscuidade, sendo então responsabilizadas elas mesmas pelo contágio da doença. Este dado é importantíssimo para o conhecimento de sua vida no dia-a-dia e possibilita outro olhar sobre o caso, no sentido de rever o combate à epidemia na prostituição. Não adianta então apenas distribuição de camisinhas; embora isto seja fundamental, não abarca todas as situações envolvendo as travestis e seus parceiros ‘noturnos’.

#### **2.9.4.2. *Assim me diz a Bíblia (For the Bible Tells me so)***

O documentário *Assim me diz a Bíblia* (2008), do norte-americano Dan Karlake, mostra a vida de cinco famílias norte-americanas, ligadas de alguma maneira a religião cristã, e as mudanças sofridas quando da descoberta da homossexualidade ou lesbiandade de um dos seus integrantes. Em todos os depoimentos dos familiares, nota-se uma vontade de entender e se adaptar a

homo-orientação dos familiares; embora difícil, pode ser uma meta a alcançar, a partir da humanização do homossexual, pois não o vê apenas com os estereótipos conhecidos, mas como pessoa que sofre com a situação (primeiro ao se descobrir homossexual, o que vai contra os preceitos religiosos, e depois ao tentar assumir sua orientação sexual), se angustia por isso e precisa de apoio familiar e social.

Este filme também mostra depoimentos de leigos e religiosos de ambas as posições: os que são contra a homossexualidade (entendida como anti-natural e ‘afronta’ a Deus) e os que a defendem ou, no mínimo, a toleram.

São mostrados trechos da Bíblia, em que se toca no assunto da homossexualidade, com as defesas de que é pecado, em contraposição com as idéias de que não o é. Estas últimas argumentam que se deve fazer uma leitura não-literal dos textos bíblicos, já que foram escritos para uma população que vivia em tempo e espaço demarcados; não serviriam para todos os povos, que não os judeus. Os textos deveriam ser lidos levando em conta o contexto em que foram escritos; para quem o foram e por que. Além disso, como não se têm os textos originais e, sim, traduções, não se sabe até que ponto os textos não foram modificados, mesmo que de forma intencional. Até que ponto as palavras e expressões encontradas refletem os conceitos atuais?